

## Demonstrações Contábeis Regulatórias

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ: 19.486.977/0001-99

31 de dezembro de 2020  
com Relatório do Auditor Independente

# Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

## Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanço patrimonial.....	7
Demonstração do resultado .....	8
Demonstração do resultado abrangente .....	9
Demonstração da mutação do patrimônio líquido .....	10
Demonstração do fluxo de caixa .....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias .....	12

## Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

### A Companhia

A MAR é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") e atua no segmento de transmissão de energia elétrica baseada no seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de existência. A MAR atua na região Sudeste e responde por 0,05% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

A entrada em operação comercial do empreendimento, objeto do Contrato de Concessão nº 011/2014, ocorreu em 04 de junho de 2020, com o Termo de Liberação Definitivo emitido em 08 de junho de 2020, para todas as funções de transmissão de MAR.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a Companhia detém a concessão de linha de transmissão da Rede Básica que compreenderá 02 subestações e aproximadamente 82 km de linha de transmissão na tensão de 500 kV. A Companhia receberá Receita Anual Permitida (RAP) reajustada pelo IPCA e correção a partir de julho de cada ano.

Linha de transmissão – Características Físicas						
LT	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
Itabirito II – Vespasiano II	Simplex	500	82	N/A	Jun/2020	Mai/2044

	RAP – R\$ mil - (*)	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
MAR	16.431	Junho	IPCA

(\*) RAP estabelecida conforme resolução homologatória nº 2.725 de 14 de julho de 2020.

Considerando as instalações de transmissão em operação, a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$17.053 mil para 2021 a 2025, conforme quadro a seguir:

RAP Esperada - em moeda constante de 31/12/2020							
Linha de Transmissão	2019 (*)	2020 (*)	2021	2022	2023	2024	2025
MAR	53	10.099	17.053	17.053	17.053	17.053	17.053

(\*) RAP realizada.

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2020
Receita operacional líquida	8.954
EBITDA	8.052
Margem EBITDA	89,93%
<u>Reconciliação do EBITDA</u>	
Lucro do exercício	5.063
Resultado Financeiro	45
Depreciação e amortização	2.428
Imposto de renda e contribuição social	516
EBITDA	8.052

EBITDA - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho.

## Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da MAR e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

## Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2020.

## Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestar serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pelo valor de R\$63 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Mariana Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro – RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Mariana Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mariana Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



## **Outros assuntos**

### **Demonstrações financeiras societárias**

A Mariana Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 29 de março de 2021, com opinião sem modificação e contendo o parágrafo de ênfase relacionado a reapresentação dos valores correspondentes incluído naquelas demonstrações financeiras.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

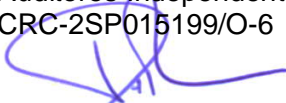
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta  
Contadora CRC-1RJ101080/O-0



Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Ativos</b>			
<i>Ativos circulantes</i>			
Equivalentes de caixa	4	6.683	3
Títulos e valores mobiliários	5	-	8.406
Conta a receber de Concess. a Permissionárias	6	1.830	53
Impostos e contribuições sociais	7	316	318
Outras contas a receber		142	166
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>8.971</b>	<b>8.946</b>
<i>Ativos não circulantes</i>			
Depósitos Judiciais		3.444	3.455
Conta a receber de Concess. a Permissionárias	6	1	-
Imobilizado	8	168.861	115.177
Intangível	8	7.869	29.360
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>180.175</b>	<b>147.992</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>189.146</b>	<b>156.938</b>
<b>Passivos</b>			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores	10	4.692	4.352
Impostos e contribuições sociais	7	307	1.318
Taxa Regulamentares		57	1
Dividendos a pagar	9	4.534	806
Outras contas a pagar		146	207
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>9.736</b>	<b>6.684</b>
<i>Passivos não circulante</i>			
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	11	4.115	4.126
Outras contas a pagar		332	-
<b>Total dos passivo não circulante</b>		<b>4.447</b>	<b>4.126</b>
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		174.500	147.000
Reserva de lucros		1.706	27.447
Dividendos adicionais propostos		11.187	-
(Prejuízos) acumulados		(12.430)	(28.319)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	12	<b>174.963</b>	<b>146.128</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>189.146</b>	<b>156.938</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Demonstração do resultado para o exercício findo  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais- R\$)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Disponibilização do sistema de transmissão		10.099	53
Parcela variável		(580)	-
Receita bruta		<u>9.519</u>	<u>53</u>
PIS e COFINS correntes		(360)	(2)
ICMS		(79)	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(126)	(1)
Tributos e encargos		<u>(565)</u>	<u>(3)</u>
Receita Líquida	16	<u>8.954</u>	<u>50</u>
Pessoal		(2)	-
Serviços de terceiros		(619)	-
Depreciação e amortização		(2.428)	-
Outros custos operacionais		(4)	-
Custos operacionais	17	<u>(3.053)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		<u>5.901</u>	<u>50</u>
Pessoal		(173)	(63)
Serviços de terceiros		(490)	(460)
Outras despesas operacionais líquidas		386	(341)
Despesas operacionais	17	<u>(277)</u>	<u>(864)</u>
Resultado da atividade		<u>5.624</u>	<u>(814)</u>
Receitas financeiras		216	998
Despesas financeiras		(261)	(109)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>(45)</u>	<u>889</u>
Resultado antes dos impostos e contribuições		<u>5.579</u>	<u>75</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	<u>(516)</u>	<u>(319)</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício		<u>5.063</u>	<u>(244)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	5.063	(244)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>5.063</u>	<u>(244)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo  
Em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	(Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2018		87.416	885	49.349	-	(54.406)	83.244
Retificação da destinação do resultado do exercício anterior		-	-	3.544	-	-	3.544
Compensação do prejuízo de exercícios anteriores		-	-	(26.087)	-	26.087	-
Aumento de capital		59.584	-	-	-	-	59.584
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(244)	(244)
Compensação do prejuízo do exercício		-	-	(244)	-	244	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12	147.000	885	26.562	-	(28.319)	146.128
Aumento de capital		27.500	-	-	-	-	27.500
Impactos Ofício CVM 04/2020 sobre a destinação do resultado societário		-	-	(26.525)	-	26.525	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.063	5.063
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal		-	784	-	-	(784)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(3.728)	(3.728)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	11.187	(11.187)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12	174.500	1.669	37	11.187	(12.430)	174.963

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo  
em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2020	2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro (Prejuízo) do exercício		5.063	(244)
Ajustes para:			
Provisões de contingências cíveis	11	-	317
Depreciação e amortização		2.428	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	516	319
Receitas Financeiras		(216)	(998)
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) no saldo de clientes		(1.778)	(53)
(Aumento) redução no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(1.206)	875
Redução nas outras contas a receber e depósitos judiciais		36	300
Aumento (redução) no saldo de fornecedores		337	(58)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		57	1
Aumento (redução) nas outras contas a pagar		261	(268)
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>5.498</u>	<u>191</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(319)</u>	<u>(135)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>5.179</u>	<u>56</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		8.622	(4.569)
(Adições) no imobilizado e intangível	8	<u>(34.621)</u>	<u>(55.082)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		<u>(25.999)</u>	<u>(59.651)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Aumento de capital	12	<u>27.500</u>	<u>59.584</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>27.500</u>	<u>59.584</u>
Aumento (Redução) líquido nos equivalentes de caixa		<u>6.680</u>	<u>(11)</u>
Saldo inicial dos equivalentes de caixa	4	3	14
Saldo final dos equivalentes de caixa	4	<u>6.683</u>	<u>3</u>
Aumento (Redução) líquido nos equivalentes de caixa		<u>6.680</u>	<u>(11)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Mariana Transmissora de Energia S.A. ("MAR" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2013, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Itabirito II - Vespasiano II de 500Kv, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2013, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O empreendimento completa o anel de 500kV da Região Metropolitana de Belo Horizonte, interligando grandes usinas hidrelétricas ao Sistema Interligado Nacional e reforçando a confiabilidade e o atendimento à região central, bem como as regiões leste do estado de Minas Gerais e parte do estado do Espírito Santo. A entrada em operação comercial do empreendimento, objeto do Contrato de Concessão nº 011/2014, ocorreu em 04 de junho de 2020, com o Termo de Liberação Definitivo emitido em 08 de junho de 2020, para todas as funções transmissão de MAR.

A Licença de Instalação foi emitida em 24 de janeiro de 2019, após 56 meses da assinatura do contrato de concessão. As obras foram concluídas em 16 meses, dentro do cronograma de construção previsto no citado contrato. A MAR protocolou junto à ANEEL, pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade em decorrência de atraso na entrada em operação comercial por fatos originados por terceiros (órgão ambiental). Com este pedido, a Companhia busca a recomposição dos prejuízos causados, seja por meio da prorrogação do prazo do seu contrato de concessão, seja por meio da recomposição da sua receita. O processo está atualmente em análise pelas Superintendências responsáveis da ANEEL, sendo que até a manifestação final da Agência sobre o pleito da MAR, as sanções administrativas estão suspensas. Apenas o ONS iniciou o desconto de Parcela Variável por Atraso na Entrada em Operação ("PVA"), sendo que o valor poderá ser devolvido, após o acatamento do pedido de excludente de responsabilidade apresentado à ANEEL.

A MAR é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2021.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 21.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## 2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

## 2.4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

### 3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo inclui gastos que

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

### 3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

### 3.3. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

### 3.4. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

### 3.5 Instrumentos financeiros

#### a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.



Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

#### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### 3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 3.7. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

(i) O que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;

(iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;

(iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

## 4. EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos	14	3
Aplicações Financeiras	6.669	-
	6.683	3

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2020	31/12/2019
CDB	101,28% do CDI	-

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019
Investimento em cotas de fundos – “Pampulha” – Ativo circulante	-	8.406
Taxa de rentabilidade anual acumulada	-	103,8% do CDI

Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2020	31/12/2019
	Correntes a Vencer	Correntes Vencidos					
	Até 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.596	130	95	10	-	1.831	53

	2020	2019
Concessionários e Permissonários	1.831	53
Circulante	1.830	53
Não circulante	1	-

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST.

A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL:

A resolução ANEEL nº 2.725 de 14 de julho de 2020, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2020/2021, onde considera-se uma RAP de R\$16.431 e um acréscimo de parcela de ajuste de R\$9, perfazendo um total de R\$16.440.

## 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Ativo circulante</u>		
Imposto de Renda a compensar	212	168
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	61	116
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	34	34
Outros	9	-
	316	318
<u>Passivo circulante</u>		
INSS, FGTS, ISS e ICMS	97	1.195
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	25	66
Outros	185	57
	307	1.318

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto em 2019	Adições (A)	Transferência (B)	Valor Bruto em 2020	Depreciação 2020	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
<i>Ativo Imobilizado em Serviço</i>								
<u>Transmissão</u>								
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,10%	-	-	4.715	4.715	(99)	4.616	-
Máquinas e equipamentos	1,44%	-	-	162.091	162.091	(2.329)	159.762	-
		-	-	166.806	166.806	(2.428)	164.378	-
<i>Ativo Imobilizado em Curso</i>								
<u>Transmissão</u>								
Edificações		4	-	(4)	-	-	-	4
Máquinas, equipamentos e almoxarifado		113.137	34.580	(145.293)	2.424	-	2.424	113.137
Veículo		2	-	(2)	-	-	-	2
Móveis e utensílios		13	-	(13)	-	-	-	13
Adiantamento a fornecedores (a)		2.021	-	-	2.021	-	2.021	2.021
		115.177	34.580	(145.312)	4.445	-	4.445	115.177
<u>Administração</u>								
Máquinas e equipamentos		-	38	-	38	-	38	-
		-	38	-	38	-	38	-
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>		<b>115.177</b>	<b>34.618</b>	<b>21.494</b>	<b>171.289</b>	<b>(2.428)</b>	<b>168.861</b>	<b>115.177</b>

Intangível	Valor Bruto em 2019	Adições	Transferências	Valor Bruto em 2020	Amortização	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
<i>Ativo Intangível em Serviço</i>							
<u>Transmissão</u>							
Servidões	-	-	7.860	7.860	-	7.860	-
	-	-	7.860	7.860	-	7.860	-
<i>Ativo Intangível em Curso</i>							
Outros intangíveis em curso	29.360	3	(29.354)	9	-	9	29.360
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>29.360</b>	<b>3</b>	<b>(21.494)</b>	<b>7.869</b>	<b>-</b>	<b>7.869</b>	<b>29.360</b>

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Imobilizado e intangível	Taxas anuais médias de depreciação	2020			2019
		Valor Bruto	Deprec. e amortiz. acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<i>Em serviço</i>					
Transmissão - Custo histórico	1,46%	174.666	(2.428)	172.238	-
		174.666	(2.428)	172.238	-
<i>Em curso</i>					
Transmissão - Custo histórico		4.454	-	4.454	144.537
Administração - Custo histórico		38	-	38	-
		4.492	-	4.492	144.537
<b>Total do imobilizado e intangível</b>		<b>179.158</b>	<b>(2.428)</b>	<b>176.730</b>	<b>144.537</b>

Composição das adições por tipo de gasto capitalizado	Material / equipamentos	outros	Total
<i>Em Curso</i>			
Máquinas e equipamentos	32.189	-	32.189
Almoxarifado	2.429	-	2.429
Intangíveis em curso	-	3	3
<b>Total do imobilizado e intangível em curso</b>	<b>34.618</b>	<b>3</b>	<b>34.621</b>

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 9. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a receber – OCR e Outras contas a pagar – OCP.

### a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>						
1	OCP x disponibilidades - Reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve.	Não houve.

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa.

A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
1	Reembolso de despesas – Taesa	-	1	-	-

### b) Passivo de despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>						
1	OCP x Outras receitas - Serviços de "back-office" – Taesa	R\$ 27 Valor mensal	05/11/2019 a 05/11/2024	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Contrato anuído através do Despacho ANEEL nº 2.977/2019.
<u>Transações com empresas ligadas</u>						
2	Contrato de compartilhamento de instalações - Cemig GT	R\$205 parcela única e R\$13 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização anual pelo IPCA	Não houve.	O pagamento do valor mensal é devido a partir do início da

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
						operação comercial.
3	Contrato de Operação e Manutenção - Cemig GT	R\$48 Valor mensal	03/03/2020 à 02/03/2025	Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 180 dias; em decorrência do descumprimento das condições avençadas; e na ocorrência de sado fortuito ou força maior.	Não houve.
4	OCP x disponibilidades - Reembolso de despesas - Miracema (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve.	Não houve.
5	OCP x disponibilidades - Reembolso de despesas - Janaúba (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve.	Não houve.

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa.

A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
	Transações com controladores				
1	Serviços de "Back-office" – Taesa	27	26	334	319
	Transações com empresas ligadas				
2	CCI – CEMIG GT	16	-	116	7
3	O&M – CEMIG GT	46	-	378	-
4	Reembolso de despesas – Miracema	-	20	-	-
5	Reembolso de despesas – Janaúba	-	15	-	-
		89	61	828	326

## II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2019	Adição	31/12/2020
Dividendos a pagar à Taesa	806	3.728	4.534

Dividendos a pagar	31/12/2018	Retificação da destinação do resultado (*)	31/12/2019
Dividendos a pagar à Taesa	4.350	(3.544)	806



Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(\*) A AGO de 30 de abril de 2019 retificou a proposta de destinação do lucro de 2018, destinando o valor dos dividendos obrigatórios para Reserva Especial, em virtude de a Companhia estar em fase de construção e não possuir recursos disponíveis para pagamento de dividendos.

### III - Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

## 10. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
I.G. Transmissão e Distribuição de Energia S/A	397	1.586
BRAMETAL S A	530	987
Planaterra Terraplenagem e Pavimentação Ltda	-	406
Cobra Brasil Serviços Comunicações e Energia S.A	814	-
São Simão Montagens e Serv. de Eletricidade Ltda	389	-
Biocev Serviços de Meio Ambiente Ltda	1.208	-
Outros	1.354	1.373
	<b>4.692</b>	<b>4.352</b>

Os saldos referem-se basicamente aos compromissos assumidos para a implementação das instalações de transmissão.

## 11. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos tributários e cíveis.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes a faixa de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

	31/12/2019	Baixas	31/12/2020
Cíveis	4.126	(11)	4.115

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reversões	31/12/2019
Cíveis	4.163	325	(354)	(8)	4.126

### Passivos contingentes

Em 31 de dezembro 2020, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era de R\$100, referentes a causas fiscais no valor de R\$75, e trabalhista no valor de R\$25, para os quais nenhuma provisão foi constituída.

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado era de R\$174.500 representado por 174.500.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito era de R\$147.000 representado por 147.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Data	Aprovação	Aumento de capital em 2020
06/01/2020	AGE	5.000
31/01/2020	AGE	5.500
16/03/2020	AGE	10.000
16/04/2020	AGE	7.000
		<b>27.500</b>

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) Reserva especial - constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76. Os valores correspondentes a essa reserva deverão ser distribuídos assim que a situação da Companhia financeira permitir, desde que não tenham sido absorvidos por prejuízos dos exercícios seguintes.

Remuneração aos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do resultado líquido do exercício - Societário

Destinação do lucro do exercício	2020
Lucro líquido do exercício	15.699
- Reserva legal (5%)	(784)
- Dividendos obrigatórios	(3.728)
- Dividendos adicionais propostos	(11.187)

### 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	55.285	55.285	63.032	63.032
(+) Ajuste - Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09	(45.432)	(45.432)	(62.979)	(62.979)
Base de Cálculo	9.853	9.853	53	53
Percentual	8%	12%	8%	12%
	788	1.182	4	6
Demais receitas:				
Renda de aplicação financeira	216	216	998	998
Outras receitas financeiras	485	485	1	1
	701	701	999	999
Base de cálculo	1.489	1.883	1.003	1.005
Imposto de renda - 15%	(223)	-	(151)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(124)	-	(77)	-
Contribuição social - 9%	-	(169)	-	(91)
Total de despesa	(347)	(169)	(228)	(91)
Total de IRPJ e CSLL		<b>(516)</b>		<b>(319)</b>

### 14. COBERTURA DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Prêmio
D&O Responsabilidade civil de diretores e administradores	Zurich Seguros	18/09/2020 a 18/09/2021	40.000	1
RCG - Responsabilidade Civil	AXA	20/09/2020 a 19/09/2021	10.000	1

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
 CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

## 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 15.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

### 15.2 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

### 15.3 Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo por meio do resultado:		
- Aplicações financeiras de curto prazo e Títulos e valores mobiliários	6.669	8.406
Custo amortizado:		
- Caixa e bancos	14	3
	6.683	8.409
<b>Passivos financeiros</b>		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	4.692	4.352
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	333	-
	5.025	4.352

### 15.4 Risco de mercado

#### 15.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 15.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

	31/12/2020	Cenário provável em 31/12/2021
CDI (a)	2,75%	5,25%

(a) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 16 de abril de 2021 - Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2020	Efeito no LAIR - 2021 – (redução) Provável
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras de curto prazo – CDI	6.669	167

#### 15.5 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

#### 15.6 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

### 15.7 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

#### 15.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo e Títulos e valores mobiliários	4 e 5	6.669	8.406	Nível 2

## 16. RECEITA LÍQUIDA

Composição da receita líquida	2020	2019
Disponibilização do sistema de transmissão	10.099	53
Parcela variável	(580)	-
Receita bruta	9.519	53
PIS e COFINS correntes	(360)	(2)
ICMS	(79)	-
Encargos Setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D, TFSEE	(126)	(1)
Tributos e encargos	(565)	(3)
Receita líquida	8.954	50

## 17. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2020	2019
-Remuneração direta	(115)	(46)
-Benefícios	(2)	(7)
-FGTS e INSS	(58)	(10)
Pessoal	(175)	(63)
Depreciação e amortização	(2.428)	-
Serviços de terceiros	(1.109)	(460)
Outros custos e despesas operacionais	382	(341)
Total custos e despesas	(3.330)	(864)

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos e despesas com serviços de terceiros: Referem-se basicamente Custos com operação e manutenção, compartilhamento de instalações, transportes e viagens, e despesas com serviços de consultoria administrativa e jurídica, serviços gráficos, auditoria, comunicação e viagens.

Outros custos e despesas operacionais: Referem-se basicamente pela venda de sucatas, despesas com indenizações e patrocínio, e aos custos com impostos e taxas.

## 18. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Contrato de Back-Office e operação e manutenção dos ativos – Conforme nota explicativa nº 10 - Partes relacionadas, a Companhia contratou a Taesa para realização das atividades de back-office e a CEMIG GT para realização das atividades de operação e manutenção de suas instalações.

## 19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo as licenças ambientais concedidas à Companhia:

Trecho	Licença de Instalação e operação nº	Data de emissão	Vencimento
Itabirito II – Vespasiano II	160/2018	24/01/2019	21/12/2028

COVID-19 - O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- o Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- o Retorno gradual dos empregados ao trabalho presencial, cumprindo todos os protocolos e orientações dos órgãos de saúde, com acompanhamento de assessoria médica especializada;
- o Suspensão de viagens e reuniões presenciais;
- o Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- o Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- o Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco;
- o Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2020 – A AGO de 30 de abril de 2021 ratificou a destinação do Lucro Líquido de 2020 descrito na nota explicativa nº 12 – Patrimônio Líquido.

Alteração da Diretoria – Em 23 de março de 2021 a AGE da Companhia elegeu o Sr. André Augusto Telles Moreira como Diretor Presidente, Sr. Erik da Costa Breyer como Diretor Financeiro, Sr. Marco Antônio Resende Faria como Diretor Técnico e Diretor Jurídico e Regulatório, Sr. Fábio Antunes Fernandes Diretor de Negócios e Sr. Luis Alessandro Alves como Diretor de Implantação.

## 21. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, dado o não pronunciamento da ANEEL em relação a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias. Adicionalmente, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:



Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativos	Nota explicativa	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (Reapresentado)
<i>Ativos Circulantes</i>							
Equivalentes de caixa		6.683	-	6.683	3	-	3
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	8.406	-	8.406
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		1.830	-	1.830	53	-	53
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	14.988	14.988	-	-	-
Impostos e contribuições sociais		316	-	316	318	-	318
Outras contas a receber		142	-	142	166	-	166
<b>Total dos Ativos Circulantes</b>		<b>8.971</b>	<b>14.988</b>	<b>23.959</b>	<b>8.946</b>	<b>-</b>	<b>8.946</b>
<i>Ativos Não Circulantes</i>							
Depósitos judiciais		3.444	-	3.444	3.455	-	3.455
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		1	-	1	-	-	-
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	187.666	187.666	-	156.888	156.888
Imobilizado	(iv)	168.861	(168.823)	38	115.177	(115.177)	-
Intangível	(iv)	7.869	(7.869)	-	29.360	(29.360)	-
<b>Total dos Ativos Não Circulantes</b>		<b>180.175</b>	<b>10.974</b>	<b>191.149</b>	<b>147.992</b>	<b>12.351</b>	<b>160.343</b>
<b>Total dos Ativos</b>		<b>189.146</b>	<b>25.962</b>	<b>215.108</b>	<b>156.938</b>	<b>12.351</b>	<b>169.289</b>
<i>Passivos</i>							
<i>Passivos Circulantes</i>							
Fornecedores		4.692	-	4.692	4.352	-	4.352
Taxas regulamentares		57	-	57	1	-	1
Impostos e contribuições sociais		307	-	307	1.318	-	1.318
Dividendos a pagar		4.534	-	4.534	806	-	806
Outras contas a pagar		146	-	146	207	-	207
<b>Total dos Passivos Circulantes</b>		<b>9.736</b>	<b>-</b>	<b>9.736</b>	<b>6.684</b>	<b>-</b>	<b>6.684</b>
<i>Passivos Não Circulantes</i>							
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	-	6.244	6.244	-	4.831	4.831
Tributos diferidos	(iii)	-	7.288	7.288	-	5.726	5.726
Provisões para contingências		4.115	-	4.115	4.126	-	4.126
Outras contas a pagar		332	-	332	-	-	-
<b>Total dos Passivos Não Circulantes</b>		<b>4.447</b>	<b>13.532</b>	<b>17.979</b>	<b>4.126</b>	<b>10.557</b>	<b>14.683</b>
<b>Total dos Passivos</b>		<b>14.183</b>	<b>13.532</b>	<b>27.715</b>	<b>10.810</b>	<b>10.557</b>	<b>21.367</b>
<i>Patrimônio Líquido</i>							
Capital social		174.500	-	174.500	147.000	-	147.000
Reserva de lucros		1.706	-	1.706	27.447	(26.525)	922
Dividendos adicionais propostos		11.187	-	11.187	-	-	-
Prejuízos acumulados		(12.430)	12.430	-	(28.319)	28.319	-
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	(v)	<b>174.963</b>	<b>12.430</b>	<b>187.393</b>	<b>146.128</b>	<b>1.794</b>	<b>147.922</b>
<b>Total dos Passivos e Patrimônio Líquido</b>		<b>189.146</b>	<b>25.962</b>	<b>215.108</b>	<b>156.938</b>	<b>12.351</b>	<b>169.289</b>

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (Reapresentado)
Demonstração do Resultado do Exercício							
Disponibilização do sistema de transmissão		10.099	(10.099)	-	53	(53)	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	5.040	5.040	-	-	-
Correção monetária do ativo de contrato de concessão		-	8.596	8.596	-	-	-
Receita de implementação da infraestrutura		-	38.724	38.724	-	62.979	62.979
Operação e manutenção		-	952	952	-	-	-
Parcela Variável		(580)	-	(580)	-	-	-
Outras receitas		-	2.553	2.553	-	53	53
Receita bruta	(vi)	9.519	45.766	55.285	53	62.979	63.032
PIS e COFINS correntes		(360)	-	(360)	(2)	-	(2)
PIS e COFINS diferidos		-	(1.561)	(1.561)	-	(2.415)	(2.415)
ICMS		(79)	-	(79)	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(126)	-	(126)	(1)	-	(1)
Tributos e encargos	(vii)	(565)	(1.561)	(2.126)	(3)	(2.415)	(2.418)
Receita operacional líquida		8.954	44.205	53.159	50	60.564	60.614
Pessoal		(2)	-	(2)	-	-	-
Material e outros custos de construção		-	(34.585)	(34.585)	-	(55.082)	(55.082)
Depreciação e amortização		(2.428)	2.428	-	-	-	-
Serviços de terceiros		(619)	-	(619)	-	-	-
Outros custos operacionais		(4)	-	(4)	-	-	-
Custos operacionais	(viii)	(3.053)	(32.157)	(35.210)	-	(55.082)	(55.082)
Lucro bruto		5.901	12.048	17.949	50	5.482	5.532
Pessoal		(173)	-	(173)	(63)	-	(63)
Serviços de terceiros		(490)	-	(490)	(460)	-	(460)
Outras receitas e (despesas) operacionais		386	-	386	(341)	-	(341)
Despesas operacionais		(277)	-	(277)	(864)	-	(864)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e contribuições		5.624	12.048	17.672	(814)	5.482	4.668
Receitas financeiras		216	-	216	998	-	998
Despesas financeiras		(261)	-	(261)	(109)	-	(109)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(45)	-	(45)	889	-	889
Lucro antes dos impostos e das contribuições		5.579	12.048	17.627	75	5.482	5.557
Imposto de renda e contribuição social correntes		(516)	-	(516)	(319)	-	(319)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ix)	-	(1.412)	(1.412)	-	(2.038)	(2.038)
Imposto de renda e contribuição social		(516)	(1.412)	(1.928)	(319)	(2.038)	(2.357)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(x)	5.063	10.636	15.699	(244)	3.444	3.200

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são: (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47; e (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Patrimônio Líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Patrimônio líquido societário	187.393	147.922
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(202.654)	(156.888)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	176.692	144.537
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	6.244	4.831
Tributos diferidos - PIS e COFINS (CPC 47)	7.288	5.726
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>174.963</b>	<b>146.128</b>

A Companhia efetua a destinação do resultado do exercício com base na contabilidade societária. No exercício de 2020, a Companhia ajustou seu ativo de contrato de concessão a luz do ofício CVM nº 04/2020 e procedeu com a reapresentação dos números comparativos de suas Demonstrações Financeiras societárias. Todos os efeitos relacionados aos dividendos, reservas de lucros e prejuízos acumulados até o exercício de 2019, foram considerados diretamente na DMPL regulatório de 31 de dezembro de 2020.

(vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização, remuneração do ativo de contrato de concessão, correção monetária do ativo de contrato de concessão, decorrentes das aplicações do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

(x) Lucro (Prejuízo) do exercício

Conciliação do lucro (prejuízo) societário e regulatório	2020	2019 (Reapresentado)
(Prejuízo) Lucro societário do exercício	15.699	3.200
Receita bruta (CPC 47)	(45.766)	(62.979)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	1.561	2.415
Custos operacionais - Materiais e outros custos de construção (CPC 47)	34.585	55.082
Custos operacionais - Depreciação e amortização (CPC 47)	(2.428)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	1.412	2.038
(Prejuízo) regulatório do exercício	5.063	(244)

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

\* \* \* \* \*

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nomes	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias  
Contador  
CRC-RJ-112158/O-3  
CPF nº 778.993.777-49